

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a influência ideológica do Executivo (GOVI) e do Legislativo (LEGI) sobre o gastos dos governos estaduais no Brasil entre 1987 e 1998. Nossos resultados demonstram que a participação do gasto total na receita corrente foi influenciada somente por variáveis econômicas mas os gastos específicos foram influenciados para variáveis econômicas e políticas. A ideologia vinda do Legislativo esteve mais presente na escolha de gastos específicos do que a influência ideológica vinda do Executivo. Nós testamos esta influencia sobre os gastos de outros poderes estaduais (Judiciário e o próprio Legislativo) e sobre os estados mais ricos e mais pobres. A técnica de painel foi usada para obtermos nossos resultados.

PALAVRAS-CHAVES

Ideologia; Gastos.

ABSTRACT

The main idea of this working is to understand the ideological influence of both Executive (GOVI) and Legislative (LEGI) branches of government on the subnational government expenditures (states) in Brazil between 1987 and 1998. Our results show that the participation of total expenditure as part as the Current Revenues was influenced only by economic variables but the specific expenditures were influenced by both political and economic variables. The ideological influences arising from LEGI was more visibly on the choice of specific expenditures than the influence arising from GOVI. We tested whether this type of influence could be perceived on the expenditures of the other subnational powers (the Judiciary as well as the Legislative) and on both the richest states and the poorest states. We used the panel technique to get our results.

KEY WORDS

Ideology, expenditures.

SUMÁRIO

Introdução	5
1. De que forma a ideologia do executivo e do Legislativo influenciou os gastos subnacionais do Brasil ?	9
1.1 Variáveis utilizadas no teste	11
1.1.A Variáveis dependentes	12
1.1.B Variáveis independentes	15
1.2 Resultados empíricos	17
1.2.A Influência do Executivo e Legislativo sobre os gastos totais dos governos brasileiros	17
1.2.B Influência ideológica do Executivo e do Legislativo sobre Gastos Específicos nos estados brasileiros	22
1.2.C Influência ideológica do Executivo e do Legislativo sobre Gastos com salários nos estados brasileiros	34
1.2.D Influência ideológica do Executo e Legislativo sobre o Gasto Total no próprio Legislativo e no Judiciário dos estados brasileiros	38
1.2.E Influência ideológica do Executo e Legislativo sobre o Investimento dos governos estaduais	41
2 Conclusões	45
Apêndice 01	47
Apêndice 02	49
Apêndice 03	52
Apêndice 04	54
Bibliografia	58

**AN EMPIRICAL STUDY OVER THE IDEOLOGICAL INFLUENCE ON
DETERMINATION OF EXPENDITURE IN THE BRAZILIAN
SUBNATIONAL GOVERNMENTS BETWEEN 1986 AND 1998**

**UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA NA
DETERMINAÇÃO DOS GASTOS DOS GOVERNOS ESTADUAIS
ENTRE 1986 E 1998¹**

Paulo Roberto Arvate

¹ Não citar este relatório de pesquisa sem a prévia autorização do autor.

INTRODUÇÃO

Até o presente momento não se observou na literatura econômica brasileira o papel da influência ideológica (ideologia existente na coalizão representativa do Executivo ou Legislativo) sobre: 1) gastos estaduais; 2) gastos de outros poderes no âmbito dos próprios estados (Legislativo e Judiciário estaduais) e 3) investimentos estaduais.^{2 3}

Existem trabalhos na literatura que já demonstraram a influencia da ideologia sobre o resultado fiscal como um todo (gastos, receitas e resultado primário) e sobre algumas variáveis que compõem este mesmo gasto total (salário, transferências e o conjunto total de gastos que não-salário), considerando apenas o governo central.⁴ É o que se pôde depreender da leitura dos trabalhos de Perotti e Kontopoulos (1998), Volkerink e de Haan (2001) e Amorim Neto e Borsani (2002) entre outros.

Perotti e Kontopoulos (1998) construíram sua variável representativa da ideologia classificando os partidos que sustentam o governo e estabelecendo uma dummy que refletisse esta dominância na coalizão. Testaram-na contra variáveis fiscais numa amostra de vinte países da OECD entre 1974 e 1995 (a variável ideológica deles foi denominada Ideological Complexion). As variáveis fiscais que eles utilizaram no teste foram déficit, gasto, receita e três

² No Brasil existem três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Quando estivermos fazendo referência a governos subnacionais, não havendo menção em contrário, nosso foco será sobre os governos estaduais.

³ A ideologia mais relevante em países latino-americanos é a classificação dos partidos à esquerda e à direita. A classificação ideológica que Kau e Rubin (2002) fizeram (liberal e conservador) não atende as necessidades de países latino-americanos. Certamente nossa preocupação é captar esta influencia pelo lado da demanda.

⁴ Perotti e Kontopoulos (1998) testaram esta influência no governo como um todo. Volkerink e de Haan (2001) chamaram a atenção para o erro neste tipo de procedimento porque muitas vezes governos subnacionais possuem um comportamento distinto dos governos centrais.

blocos de gastos específicos – transferências, gastos com salários e outros gastos que não salários.⁵

Seus resultados, para o período como um todo e em dois sub-períodos (1974/83 e 1984/95), mostraram que:⁶ a) a ideologia foi uma variável com mais significância no segundo subperíodo do que no primeiro; b) governos mais a esquerda nos anos oitenta produziram maiores déficits e gastos totais – a justificativa intuitiva para isto foi a de que governos mais a esquerda eram mais gastadores sem a realização de receitas correspondentes; c) com relação a gastos específicos, tanto para os anos setenta quanto para os anos oitenta, quanto mais a esquerda foi classificado o governo, maiores foram seus gastos com transferências (transferência de renda); d) esta mesma influência foi observada nos gastos com salários apenas nos anos oitenta.

Volkerink e de Haan (2001) estruturaram seu teste da influência ideológica sobre variáveis fiscais de duas maneiras: 1) incluíram a natureza ideológica dos partidos (ideological complexion) como um fator de ponderação dentro da fragmentação do governo e do parlamento (dummy variando de 1 a 10 – era ela a base da ponderação - menores índices, governos mais a esquerda);⁷ 2) testaram isoladamente a variável representativa da ideologia do governo (CPG) retirada de Woldendorp, Keman e Budge (1993).⁸

Concentrando-nos diretamente nos resultados do CPG, porque ela aparece isoladamente e não na ponderação da fragmentação do poder como dissemos, observamos que para o período como um todo (1971 a 1996), governos mais à esquerda não tiveram mais déficits do que governos à direita. Pelo contrário,

⁵ A variável representativa da ideologia era uma *dummy* com valores que iam de 1 a 5. Quanto mais alto o valor, mais a esquerda ideologicamente era classificado o governo.

⁶ Visto que eles assumiram que os governos se comportaram diferente em cada período porque responderam a problemas distintos: nos anos setenta os governos responderam a problemas externos e nos anos oitenta a problemas internos (elevado endividamento).

⁷ Metodologia construída a partir de Franzese (1998).

⁸ Esta variável foi utilizada em diversos estudos (*dummy* variando de 1 a 5 – menores índices, governos mais a esquerda)

governos à esquerda tiveram maiores gastos acompanhados de maiores tributos. Governos à esquerda foram responsáveis em termos fiscais. Este é um resultado que não se repete nos dois subperíodos: governos à esquerda foram mais deficitários do que governos à direita no primeiro subperíodo (1971/1983).⁹ Deve-se levar em consideração ainda que, diferente de Kontopoulos e Perotti (1998), Volkerink e de Haan (2001) trabalharam com dados apenas do governo central e não com dados do governo como um todo. Também não realizaram testes destas variáveis sobre gastos específicos do governo.¹⁰

No mesmo sentido, Amorim Neto e Borsani (2003) construíram uma variável para representar a ideologia do presidente e testaram-na contra o balanço primário do governo central (receita menos gastos correntes, excluindo as despesas com dívida, em termos do PIB) e gastos (em termos do PIB) em 11 regimes democráticos ou semi-democráticos de países latino-americanos. Seus testes foram realizados com uma amostra de dados que foi de 1980 a 1998.¹¹ Em seus resultados, a ideologia do presidente nunca foi significativa para explicar qualquer uma das variáveis.

Em sentido contrário a esta tendência, Mainwaring (2001) evidenciou empiricamente a incapacidade dos partidos no Brasil agirem coletivamente devido a questões do poder presidencial, do federalismo, da corrupção e da progressão do poder social. De qualquer forma, seguindo a tradição empírica discutida anteriormente, apesar desta crítica, resolvemos utilizar a classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil feita por Coppedge (1997), estabelecer qual seria a ideológica dominante no Executivo e no Legislativo estaduais com os dados a partir de Nicolau (1998), para verificar como: 1) os Gastos Totais e os gastos específicos responderam a esta

9 E plenamente aceitável encontrar um subperíodo deficitário e o período como um todo não.

10 Volkerink e de Haan (2001) trabalharam com 22 países da OECD.

11 A ideologia do presidente é a ideologia do seu partido. Trata-se de uma dummy com valores que vão de -1 a 1 (classificações mais próximas de 1 revelam uma ideologia à direita). A classificação dos partidos foi feita a partir de Coppedge (1997).

influência; 2) como os Gastos Totais do Legislativo e do Judiciário estaduais responderam a esta influência e 3) como os Investimentos também responderam a esta mesma influência.

A metodologia de construção das variáveis representativas da ideologia tanto do Executivo como do Legislativo está disponível nos apêndices 01 e 02 deste trabalho. Não repetiremos os testes sobre qual seria a influencia da ideologia nos déficits e receitas totais por dois motivos: 1) a grande totalidade das receitas dos estados brasileiros vinha do governo federal sobre a forma de transferências, principalmente após a Nova Constituição de 1988; 2) até 1998, nosso período de análise, existiu uma facilidade enorme para estados e municípios não trabalharem com “restrição fiscal” – existia uma ampla possibilidade de fechamento de suas contas através do governo federal e, sendo assim, não há a mínima possibilidade de se pensar em gestão. Para nos concentrarmos especificamente sobre a influência ideológica, optamos por não incorporar nos testes empíricos a estrutura de poder vigente no Executivo e no Legislativo (fragmentação do poder com ponderação ideológica ou sem, número de ministros gastadores, etc). As variáveis de controle serão apenas as econômicas.

Da mesma forma, para melhorar a percepção sobre a realidade dos estados brasileiros (para nos assegurarmos da robustez de nossos resultados) dividimos os testes em duas regiões quando se apresentou esta necessidade: 12 uma região com estados brasileiros mais ricos (região sul e sudeste do país) e outra com regiões mais pobres (regiões centro-oeste, norte e nordeste do país). 13 14

¹² Nos casos em que houve significância das variáveis ideológicas na amostra como um todo.

¹³ O apêndice 03 apresenta os estados que compõe cada região do país.

¹⁴ Apesar do PIB da região Nordeste estar muito próximo ao da região Sul, resolvemos incluir a região Nordeste na classificação de estados pobres devido a constante seca que vítima esta região fruto de um clima semi-árido e do elevado número de habitantes abaixo da linha de pobreza.

Dado que o Tesouro Nacional do Brasil só apresenta dados dos 27 governos subnacionais a partir de 1986, escolhemos trabalhar entre os anos de 1987 e 1998.¹⁵ Para atingirmos o objetivo de nossa investigação dividimos o trabalho em duas partes fora esta introdução: 1) apresentação das variáveis que serão utilizadas nos testes e os resultados empíricos de nossas especificações e, 2) as conclusões finais deste trabalho.

1. DE QUE FORMA A IDEOLOGIA DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO INFLUENCIOU OS GASTOS DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS DO BRASIL?

Antes de entrarmos propriamente no objetivo desta seção, gostaríamos de apresentar um pouco dos aspectos institucionais pertinentes as contas dos governos estaduais. Existem vinte e sete estados (governos subnacionais) e em qualquer análise que se faça, deve-se levar em consideração que:

1. Alguns estados nasceram ainda no final da década de oitenta, fruto da Nova Constituição existente no país a partir de 1988;
2. Todos os estados viveram muito acima de suas receitas tributárias (basicamente um imposto sobre consumo conhecido como ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) porque receberam transferências do governo federal. ¹⁶ A tabela a seguir apresenta a

¹⁵ Um outro motivo para a fixação deste período seria a classificação de partidos políticos feita por Coppedge (1997): ela vai até a eleição de 1994. Mantivemos esta classificação até 1998.

¹⁶ Existem dois tipos de transferências de recursos do governo federal para governos subnacionais no Brasil (estados e municípios): constitucionais e voluntárias. A transferência constitucional tem por objetivo amenizar as desigualdades regionais entre os governos subnacionais. Para realizar este tipo de transferência foram montados fundos com recursos oriundos de impostos arrecadados pelo governo federal (basicamente do imposto sobre a renda (IR) e um imposto sobre consumo (IPI)), sendo que alguns destes fundos possuem gasto específico (entre eles está o fundo de manutenção e de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério – FUNDEF). Por um outro lado, o mecanismo de decisão da

situação das Despesas Correntes sobre as Receitas Tributárias de cada estado nos anos de 2000 e 2001: ¹⁷

Tabela 1: Despesas Correntes Totais dos Estados/Receitas Tributárias

Anos	2000	2001	Anos	2000	2001
Região Centro-Oeste			Região Nordeste		
Mato Grosso do Sul	156,44	158,64	Alagoas	243,08	193,57
Mato Grosso	148,88	161,27	Bahia	127,19	152,39
Goiás	126,61	148,12	Ceará	150,86	182,45
Distrito Federal	264,64	244,22	Maranhão	242,85	271,86
Tocantins	213,26	212,22	Paraíba	209,23	208,84
Região Norte			Pernambuco	162,79	203,35
Amazonas	128,67	137,87	Piauí	234,90	260,06
Acre	530,05	499,40	Sergipe	232,89	253,40
Pará	186,05	201,11	Região Sul		
Amapá	471,58	498,82	Rio Grande do Sul	142,95	137,00
Rondônia	180,76	186,90	Santa Catarina	129,91	126,80
Roraima	370,39	412,83	Paraná	216,97	151,80
Região Sudeste					
Espírito Santo	126,06	114,48			
Minas Gerais	152,47	154,53			
Rio de Janeiro	166,18	154,57			
Santa Catarina	129,91	126,80			
São Paulo	117,84	115,59			

Fonte IPEADATA

3. Como o PIB estadual é estimado a partir da receita deste imposto, se olhássemos a despesa específica de cada estado como percentagem do PIB, não teríamos uma medida adequada da capacidade de receita que sustentam as despesas. Por isto, nas variáveis utilizadas nos testes ao invés

transferência voluntária é discricionário. A transferência voluntária é caracterizada por convênios estabelecidos entre o governo federal e os governos subnacionais para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

17 Em média a receita de ICMS no ano de 2001 representou 44,82% da Receita Corrente dos estados (na Receita Corrente incluí-se as Transferências vindas do governo federal). No estado de São Paulo esta arrecadação foi de 70,96%, a maior existente na amostra. O estado do Acre apresentou a pior participação da receita de ICMS. Apenas 15,47% da Receita Corrente.

de trabalharmos com o PIB dos estados, utilizaremos as Receitas Correntes (incluindo as transferências);

4. Mesmo após o Plano de estabilização da inflação implantado pelo governo federal em 1994, com raras exceções, regime fiscal responsável era algo impensável nos estados. A prática orçamentária e de execução fiscal nos estados não foi alterada frente a estabilização da inflação. Apesar de não trabalharmos com um período superior a 1998, somente após este ano é que o governo federal iniciou um programa de reestruturação das dívidas e a restrição fiscal passou a ser considerada pelos estados. Um outro duro golpe no descaso da gestão das finanças estaduais foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em maio de 2000 ela começou a valer e seu objetivo foi o de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal mediante ações em que se previssem riscos e corrigissem os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas. Parece-nos que este foi mais um passo importante no sentido de equilibrar as contas fiscais dos estados brasileiros e dar a eles alguma realidade em termos de gestão.

Passemos as variáveis que foram utilizadas nos testes:

1.1.VARIÁVEIS UTILIZADAS NO TESTE

Nesta seção apresentaremos o perfil das variáveis a serem utilizadas nos testes. Dividiremos esta seção em variáveis dependentes e independentes. Antes, faz-se necessário relatar como os dados da Execução Orçamentária dos governos estaduais se apresentam no sítio do Tesouro Nacional (www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_estados.asp) de onde retiramos nossos dados primários:

1. Existe um arquivo para os anos de 1986/95 e outro para 1995/02 que não reproduzem a mesma metodologia de apresentação dos dados. Apesar de ser um problema inicial, isto não nos impediu de recuperar a série;
2. Como já frisamos, não se trata de um problema de inconsistência nos dados encontrar razões individuais ou totais acima das Receitas Correntes. O problema está no descontrole fiscal permitido aos estados brasileiros até o ano de 1998.
3. Este tipo de problema (mencionado em 2) não afetou nossos resultados porque nosso objetivo não foi além de uma verificação da influência ideológica sobre os gastos totais e específicos. Seria difícil trabalhar com este problema nos dados se o nosso objetivo fosse, por exemplo, verificar a influência sobre déficit, superávit ou endividamento, um resultado de gestão fiscal.

1.1.A. Variáveis dependentes

Na tabela 2 a seguir apresentamos a média, desvio-padrão, ponto de máximo e de mínimo da variável TOTAL EXPENDITURE (Gastos Totais sobre as Receitas Correntes dos estados):

Tabela 2: Amostra da variável Gasto Total sobre Receitas Correntes

INDEPENDENT VARIABLES	AVERAGE	STANDARD DESVIATION	MINIMUM	MAXIMUM
TOTAL EXPENDITURE (TOTALEXP_{it})	0,52860951	0,594201781	8,64809E-05 RJ(1992)	2,400614694 SP(1997)
1987/1994	0,16142976	0,334495561	8,64809E-05 RJ(1992)	1,71640688 AP(1994)
1995/1998	1,239170322	0,228627813	0,937941951 AM(1996)	2,400614694 SP(1997)

Observações: Como nosso trabalho será entre os anos de 1986 e 1998, alguns estados brasileiros foram criados a partir da mudança Constitucional de 1988. **Definição das letras dos estados utilizados na tabela:** RJ (Rio de Janeiro), AM (Amazonas), AP (Amapá) e SP (São Paulo)

Apesar de no período como um todo, a média estar abaixo do total das Receitas Correntes (0,52860951), surpreendeu-nos o resultado do estado de São Paulo, o estado mais rico da federação, no ano de 1997, após o Plano Real, apresentar um nível de Despesa Total em 2,4 a sua Receita Corrente. Resolvemos então abrir esta amostra em duas subamostras tendo como divisão o Plano Real (1994) para entendermos o que de fato estava ocorrendo.

Existe uma diferença significativa na média das amostras antes (0,16142976) e depois do Plano Real (1,239170322). Isto poderia ser explicado de duas maneiras, sendo que a primeira delas seria a facilidade de fechamento das contas estaduais através do governo central durante todo o nosso período de análise; além disto, no nosso entender, antes do Plano Real, período de elevada inflação, os governos estaduais tinham a inflação como um aliado para fechar o seu orçamento em termos reais. A inflação reduzia qualquer valor nominal fixado independente da postura de se controlar ou não o orçamento estadual. Após o Plano de Estabilização, por continuarem a manter seus orçamentos com o mesmo valor em termos nominais e inconsistentes, ao não contarem mais com a ajuda da inflação, os estados tiveram muito mais dificuldade de fechar suas contas. Esta dificuldade de adequar suas contas nominais em reais após o Plano de Estabilização ficou conhecido na literatura econômica brasileira como efeito Bacha-Guardia.¹⁸ Levaremos isto em consideração ao fixaremos uma dummy representativa do efeito do Plano de Estabilização (Plano Real) sobre nas finanças dos estados.

Na tabela 3, apresentamos o perfil da amostra de cada uma das variáveis que compõe o Gasto Total em função da Receita Corrente:

¹⁸ Veja em Bacha (1994)

Tabela 3: Amostra das variáveis representativas de Gastos Específicos sobre Receitas Correntes ¹⁹

INDEPENDENT VARIABLES	AVERAGE	STANDARD DESVIATION	MINIMUM	MAXIMUM
WAGE (W_t)	0,43479733	0,159277408	0,0001107 RN(1992)	0,847830 AL(1996)
HEALTH (H_t)	0,0563116	0,074864	6,95752E-06 RS(1992)	0,441055419 TO(1994)
PREVIDENCY ($PREV_t$)	0,072765	0,1004993	0*	0,507342 RS(1994)
PUBLIC SECURITY (DEF_t)	0,110299	0,0785194	1,13316E-05 RN(1992)	0,524754 AC(1995)
AGRICULTURE (AGR_t)	0,050493	0,0612407	0,002377 CE(1996)	0,536626 AM(1996)
TRANSPORT ($TRANS_t$)	0,09395	0,253365	0*	2,266798 TO(1996)
HOUSING (HAB_t)	0,0137721	0,032275	0*	0,216079 DF(1996)
EDUCATION ($EDUC_t$)	0,27746	0,144704	0,02723 RR(1989)	0,875198 TO(1996)

Observações: Como nosso trabalho será entre os anos de 1986 e 1998, alguns estados brasileiros foram criados a partir da mudança Constitucional de 1988 * Alguns estados simplesmente não indicaram realização de gastos nestes itens. **Definição das letras dos estados utilizados na tabela:** AL (Alagoas); AC(Acre); AM (Amazonas); CE (Ceará); DF (Distrito Federal); RR(Roraima); RN (Rio Grande do Norte); RS (Rio Grande do Sul); TO (Tocantins);

¹⁹ Não trabalhamos com as despesas administrativas nem as despesas que apresentaram valores muito pequenos.

Encontramos o mesmo padrão de comportamento nos gastos individuais sobre a Receita Corrente visto nos gastos totais. A tabela 4 apresenta o comportamento dos gastos com outros poderes nos governos estaduais (Judiciário e Legislativo estaduais):

Tabela 4: Amostra das variáveis representativas de gastos de outros poderes sobre receitas correntes.

INDEPENDENT VARIABLES	AVERAGE	STANDARD DESVIATION	MINIMUM	MAXIMUM
JUDICIARY (TOTALJUD _t)	0,04067	0,056821	0*	0,493975 PR(1998)
LEGISLATIVE (TOTALEG _t)	0,052511	0,108788	0*	0,876288 AP(1995)

Observações: Como nosso trabalho será entre os anos de 1986 e 1998, alguns estados brasileiros foram criados a partir da mudança Constitucional de 1988.

* Alguns estados simplesmente não indicaram realização de gastos nestes itens. **Definição das letras dos estados utilizados na tabela:** AP (Amapá) e PR (Paraná).

E, por fim, o Investimento sobre as Receitas Correntes:

Tabela 5: amostra da variável representativa de investimentos sobre receitas correntes

INDEPENDENT VARIABLE	AVERAGE	STANDARD DESVIATION	MINIMUM	MAXIMUM
INVESTMENT (I _t)	0,073481	0,12016	0,0000030 PI (1994)	0,761182 TO (1994)

Observações: Como nosso trabalho será entre os anos de 1986 e 1998, alguns estados brasileiros foram criados a partir da mudança Constitucional de 1988.

Definição das letras dos estados utilizados na tabela: PI (Piauí) e TO(Tocantins)

1.1.B. Variáveis independentes

Existem dois grupos de variáveis independentes utilizadas para explicar a participação relativa de cada gasto específico na receita corrente: variáveis econômicas (para controlar os resultados) e variáveis políticas (objetivo deste trabalho).

As variáveis escolhidas e as justificativas para sua escolha são apresentadas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Variáveis independentes utilizadas no teste

VARIÁVEL	JUSTIFICATIVA	FONTE DOS DADOS
----------	---------------	-----------------

<p>PIB (taxa de crescimento real do produto dos estados medido a partir do valor adicionado)</p>	<p>Não sabemos o sinal esperado desta variável sobre cada nível de gasto. Ela é usada para captar o efeito cíclico da economia sobre o resultado fiscal do governo. Alesina, Hausmann, Hommes e Stein (1996), Perotti e Kontopoulos (1998) e Amorim Neto e Borsani (2003) usaram esta variável.</p>	<p>IBGE (www.ibge.gov.br)</p>
<p>REAL (dummy com valor zero até 1993 e com valor um de 1994 em diante)</p>	<p>A estabilização da inflação vinda com o Plano Real mudou a forma de se fazer orçamento na área pública no Brasil. A elevada inflação facilitava a execução em termos reais. Com o fim da inflação, a forma como se realizava a execução e alocação de recursos deveria ser revista. Pelo que se observou, instantaneamente não foi e determinou um aumento do déficit. Veja em Bacha (1994)²⁰</p>	
<p>GOVI (classificação ideológica da coalizão vencedora ao governo dos estados)</p>	<p>Veja explicações existentes sobre a construção desta variável no apêndice 01</p>	
<p>LEGI (classificação ideológica da Assembléia Legislativa dos estados)</p>	<p>Veja explicações existentes sobre a construção desta variável no apêndice 02</p>	

20 Na verdade é uma idéia de Guardia em sua tese de mestrado. Chamaremos este efeito de Bacha-Guardia.

<p>GOVI*LEGI (efeito conjunto da ideologia da coalizão vencedora ao governo e a da Assembléia Legislativa dos estados)</p>	<p>Captar o efeito conjunto da ideologia do GOVI e do LEGI. Roubini e Sachs (1989) utilizaram esta interação para verificar se os resultados isolados de cada uma das variáveis era enfraquecido ou fortalecido pelo efeito conjunto.</p>	
---	---	--

Passemos aos resultados empíricos:

1.2. Resultados empíricos

Como já dissemos na introdução deste artigo, não utilizaremos outras variáveis políticas que não sejam as variáveis representativas da ideologia na determinação dos gastos totais, específicos e de investimentos. As variáveis econômicas servirão apenas para obter uma identificação melhor dos efeitos das variáveis políticas. Nossos resultados serão gerados a partir da técnica de painel. Acreditamos ser este o melhor instrumento para se trabalhar com diferenças longitudinais (diferenças de estados e temporais). A escolha de uma determinada especificação com efeito fixo ou aleatório dependerá dos resultados a serem gerados pelo teste de Hausman.²¹

1.2.A. Influência ideológica do Executivo e do Legislativo sobre os Gastos Totais dos estados brasileiros.

Começaremos a apresentação de nossos resultados destacando qual seria a influência ideológica do Executivo e do Legislativo na composição do Gastos

²¹ Greene (1997).

Totais sobre as Receitas Correntes. A especificação a ser utilizada nos testes dentro desta seção do trabalho será

$$[1] \text{TOTALEXP}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{PIB}_{it} + \beta_2 \text{REAL}_{it} + \beta_3 \text{GOVI}_{it} + \beta_4 \text{LEGI}_{it} + \beta_5 \text{GOVI}_{it} * \text{LEGI}_{it} + \xi_{it}^{22}$$

Dois resultados serão apresentados: um sem e outro com a interação das variáveis GOVI*LEGI.^{23 24}

Tabela 6: Influência da ideologia sobre os gastos totais dos estados brasileiros

	[1] TOTALEXP _t (Random Effects)	[1'] TOTALEXP _t (Fixed Effects)
CONSTANT	0,0001387	0,0302002
	(0,0343095)	(0,0615512)
PIB_t	-0,0044865**	-0,0047936*
	(0,0020065)	(0,001997)
REAL_t	1,12321*	1,131343*
	(0,0249196)	(0,0250653)
GOVI_t	0,0165909**	0,0010521
	(0,0077663)	(0,0181542)
LEGI_t	0,0066009	-0,0203221
	(0,0096841)	(0,0283319)
GOVI_t *LEGI_t		0,0105145
		(0,0083297)
R²	0,9112	0,9118
R² adjusted	0,9017	0,9023
Number of observations	308	308
Hausman	1,18(4)	11,27(5)

22 A definição das variáveis foram feitas anteriormente.

23 Utilizaremos deste mesmo procedimento em todos os testes realizados.

24 A utilização de uma interação entre as variáveis é o mesmo procedimento utilizado por Roubini e Sachs (1989) e Volkerink e de Haan (2001) com o intuito de verificar se variáveis individuais se fortaleceriam ou enfraqueceriam.

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Pelos resultados apresentados na última linha da tabela 6, na equação [1], sem a interação das variáveis, o Chi-quadrado calculado esteve abaixo dos valores encontrados na tabela de Chi-quadrado ao nível de 95% ²⁵ e, na equação [1'], com a interação, ao mesmo nível de 95%, porém com um grau de liberdade a menos, esteve acima. Isto determinou que o resultado da equação [1] fosse apresentado com efeitos aleatórios e o resultado da equação [1'] fosse apresentado com efeitos fixos. ²⁶

Apesar da apresentação do resultado na equação [1] estar com efeitos aleatórios e o resultado na equação [1'] estar com efeitos fixos, embora inexistia significância na variável GOVI de [1] para [1'] , a interação provocou uma redução no coeficiente desta variável.

Concentrando-nos apenas no resultado de [1'] e observando-se especificamente o resultado das variáveis econômicas utilizadas, tanto PIB como REAL foram significantes. Interpretando os sinais, podemos dizer que o aumento (redução) do PIB provocou uma redução (aumento) nos Gastos Totais sobre as Receitas Correntes enquanto que a introdução do Plano de Estabilização (REAL) provocou um efeito contrário. O primeiro resultado é paradoxal: esperaríamos um aumento na redução dos Gastos Totais sobre as Receitas Correntes numa expansão do PIB. Talvez o resultado não esperado ocorra em função do grande volume de transferência que compõe a receita dos estados e a base dos gastos ter pouco vínculo com a arrecadação de impostos gerados no próprio estado. O segundo efeito já era esperado em função do feito Bacha-Guardia.

25 Veja Greene (1997)

26 Com a introdução da variável representativa da interação, provavelmente, o efeito individual modelado, aleatório, ficou correlacionado com os resíduos. Pode-se estender o mesmo raciocínio quando o mesmo problema aparecer em situações futuras.

Em relação as variáveis ideológicas, somente a variável GOVI foi significativa e apenas na equação [1]. O sinal encontrado indicou que a ideologia do Executivo eleva TOTALEXP: governos à esquerda têm um efeito maior do que governos à direita.²⁷

Devido as grandes diferenças regionais do país, ao invés de utilizarmos uma *dummy* para trabalhá-las, resolvemos testar a especificação anterior em duas regiões distintas: uma para os estados mais ricos (que estão nas regiões Sul e Sudeste do país) e outra nos estados mais pobres (que estão nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país). O resultado destas estimativas pode ser visto na tabela 7 a seguir:

27 Dado que o Chi-quadrado calculado na equação [1] apresentou um resultado indicando efeitos fixos muito próximo do limite com 95% de significância, gostaríamos de lembrar ao leitor que com efeitos aleatórios também não houve nenhuma variável ideológica significativa:

$$[1] \text{TOTALEXP}_{it} = 0,06416_{(0,0495674)} - 0,0045249_{(0,0020012)} \text{PIB}_{it} + 1,123285^*_{(0,0248583)} \text{REAL}_{it} - \\ - 0,0062001_{(0,0150193)} \text{GOVI}_{it} - 0,0280059_{(0,0218182)} \text{LEGI}_{it} + 0,114574^{***}_{(0,0064799)} \text{GOVI}_{it} * \text{LEGI}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Os asteriscos são os mesmos encontrados na tabela e refletem a significância das variáveis. Os valores em parênteses são os desvios-padrão.

Tabela 7: Influência da ideologia sobre os gastos totais dos estados brasileiros estados do sul e sudeste [1A] e demais estados [1B]

	[1A] TOTALEXP _t (Random Effects)	[1B] TOTALEXP _t (Fixed Effects)
CONSTANT	0,0529506 (0,3478681)	0,0713951 (0,0471936)
PIB_t	-0,0039226 (0,0047601)	-0,0046147** (0,0020757)
REAL_t	1,219213* (0,0618853)	1,080344* (0,0266123)
GOVI_t	-0,0180107 (0,092842)	0,00391 (0,0149987)
LEGI_t	-0,0122822 (0,1152054)	-0,026795 (0,0227212)
GOVI_t *LEGI_t	0,0114417 (0,0306245)	0,0061522 (0,0071671)
R²	0,8945	0,9237
R² adjusted	0,8908	0,9148
Number of observations	84	224
Hausman	1,18(5)	12,29(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Da mesma forma que os resultados da tabela anterior, o Chi-quadrado de Hausman calculado para estados do Sul e Sudeste (equação [1A]) apontou que

a melhor apresentação dos resultados seria com efeitos aleatórios e, o melhor, para os demais estados (equação [1B]) seria com efeitos fixos.

Nenhuma das variáveis representativas da ideologia tanto no Executivo como Legislativo foram significantes. Por um outro lado, encontrou-se nas variáveis econômicas o mesmo efeito visto nos testes para o país como um todo.

Destes resultados, seria mais intuitivo afirmar que a participação dos Gastos Totais nas Receitas Correntes dependeu mais de variáveis econômicas do que da ideologia existente no Executivo ou no Legislativo.²⁸

Os resultados apresentados em seguida mostram que a influência da ideologia se dá muito mais em nível de gastos específicos. Passemos a estes resultados.

1.2.B. Influência ideológica do Executivo e do Legislativo sobre Gastos Específicos nos estados brasileiros.

As estimativas da influência ideológica tanto do Executivo como do Legislativo na participação de cada gasto específico sobre as Receitas Correntes foram feitas seguindo a especificação geral a seguir:²⁹

$$[2] \quad M_{it} = \beta_0 + \beta_1 PIB_{it} + \beta_2 REAL_{it} + \beta_3 GOVI_{it} + \beta_4 LEGI_{it} + \beta_5 GOVI * LEGI_{it} + \xi_{it}$$

onde M_{it} é cada um dos gastos específicos em função das receitas correntes.

²⁸ Observe que da equação [1] para [1'] a interação retira a significância da variável GOVI.

²⁹ Os gastos com Agricultura (AGR) e Saúde (H) não apresentaram qualquer significância nas variáveis representativas da ideologia na amostra para todos os estados. Por isto não discutimos seus resultados no corpo principal do texto. Seus resultados, inclusive para estados ricos e pobres, estão no apêndice 04.

Começamos pelos gastos com Segurança Pública (DEF) em todos os estados:

Tabela 8: Influência da ideologia sobre os gastos com defesa dos estados brasileiros

	[2] DEF _t (Random Effects)	[2'] DEF _t (Random Effects)
CONSTANT	0,0945735*	0,0997406*
	(0,0149898)	(0,0194335)
PIB_t	0,0004503	0,0004424
	(0,0005956)	(0,0006003)
REAL_t	0,0707973*	0,070884*
	(0,0074615)	(0,0075164)
GOVI_t	0,0056153**	0,0036713
	(0,002602)	(0,0052404)
LEGI_t	-0,0145811*	-0,0175929**
	(0,003619)	(0,0080619)
GOVI_t *LEGI_t		0,0010355
		(0,0023766)
R²	0,3487	0,3505
R² adjusted	0,2604	0,2561
Number of observations	308	308
Hausman	0,72(4)	7,32(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Ao contrário dos testes realizados sobre a participação dos Gastos Totais nas Receitas Correntes para todos os estados, ambas as equações apresentadas na

tabela 8 estão com efeitos aleatórios. Esta escolha vem do que observou dos resultados do Chi-quadrado de Hausman apresentados na última linha da tabela.

Das mesmas variáveis econômicas utilizadas no teste com os Gastos Totais, apenas a variável REAL foi significativa, mantendo a mesma influência. Sem a interação (equação [2]), tanto GOVI como LEGI foram significantes, porém com efeitos contrários. Uma coalizão mais a esquerda no Executivo levou a uma maior participação dos gastos com defesa nas Receitas Correntes (DEF), enquanto que a mesma classificação no Legislativo levou a uma menor participação. Pela equação [2'], com a interação presente, apenas a variável LEGI foi significativa. A interação provocou um aumento de seu do coeficiente individual de (-0,0145811) para (-0,0175929). Separando os estados em dois sub-grupos como fizemos na situação anterior, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 9: Influência sobre os gastos de defesa nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [2A] e demais estados [2B]

	[2A] DEF _t (Random Effects)	[2B] DEF _t (Fixed Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,110223** (0,0467217)	0,1199233* (0,0201721)
<i>PIB_t</i>	1,72e-06 (0,006177)	0,0004469 (0,0007458)
<i>REAL_t</i>	0,0304783* (0,0080665)	0,0885749* (0,009757)
<i>GOVI_t</i>	-0,0085211 (0,0124572)	-0,0047749 (0,0064294)
<i>LEGI_t</i>	-0,0047251 (0,0154102)	-0,0402457* (0,0102014)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>	0,0022537 (0,0040917)	0,0076695** (0,0032118)
<i>R²</i>	0,2653	0,4236
<i>R² adjusted</i>	0,2407	0,2588
<i>Number of observations</i>	84	224

Hausman	8,60(5)	12,79(5)
----------------	---------	----------

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Embora o resultado do Chi-quadrado de Hausman aponte para a apresentação em cada região com efeitos diferentes, a variável econômica REAL continuou significativa em ambas as equações ([2A] e [2B]), mantendo o mesmo sinal. A influência da ideologia do Legislativo encontrada para todos os estados só foi observada nos estados mais pobres do país. A interação GOVI*LEGI foi significativa nestes mesmos estados, porém com sinal positivo. A leitura final da influência de LEGI na equação [2B] deve ser feita da seguinte forma: embora seu coeficiente individual negativo seja de (-0,0402457), a influência final desta ideologia será (-0,04002457+ 0,0076695). Ou seja, a interação significativa retira a influencia de LEGI individual quando estamos observando o resultado de estados mais pobres.

Mudando o gasto a ser considerado em termos de análise, vemos que uma maior participação relativa dos gastos em Educação nas Receitas Correntes (EDU) só é influenciada pela ideologia do LEGI na ausência da interação GOVI*LEGI –equação [3] da tabela a seguir:

Tabela 10: Influência da ideologia sobre os gastos com educação dos estados brasileiros

	[3] EDU _t (Random Effects)	[3'] EDU _t (Random Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,2646285* (0,0273608)	0,2687362* (0,0369291)
<i>PIB_t</i>	0,000432 (0,0011504)	0,0004292 (0,0011507)
<i>REAL_t</i>	0,1314051* (0,014404)	0,1313768* (0,0144069)
<i>GOVI_t</i>	-0,0029221 (0,0049938)	-0,0043527 (0,0100213)
<i>LEGI_t</i>	-0,0152925** (0,0068938)	-0,0175725 (0,0154031)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>		0,0007454 (0,0045416)
<i>R²</i>	0,3107	0,3108
<i>R² adjusted</i>	0,2476	0,2475
<i>Number of observations</i>	308	308
<i>Hausman</i>	0,20(4)	0,18(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Quanto mais a esquerda foi a classificação ideológica do Legislativo, menor foi a participação relativa dos Gastos em Educação sobre as Receitas Correntes. Uma classificação ideológica a direita não mudou o sinal encontrado mas nos permitiu afirmar que sem dúvida esta redução seria menor do que a encontrada na classificação ideológica à esquerda. Ambas as ideologias reduziram, mas é claro observar o peso de cada uma em termos de efeito final sendo que uma delas deixou de ser significativa.

Os dados contidos na última linha da tabela 10, novamente o teste de Chi-quadrado de Hausman, indicou ser a utilização de efeitos aleatórios nos dois resultados o mais recomendável. Deve-se observar também que do resultado encontrado em [3'], é possível afirmar que a interação tirou a significância da ideologia do Legislativo (LEGI).

Diferentemente do que se encontrou em temos nacionais, a influência ideológica do Legislativo foi diferente em estados mais ricos (equação [3A]) e mais pobres (equação [3B]) como mostra a tabela 11 a seguir:

Tabela 11: Influência sobre os gastos de educação nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [3A] e demais estados [3B]

	[3A] EDU_t (Random Effects)	[3B] EDU_t (Random Effects)
CONSTANT	0,0523806 (0,1351711)	0,2907346* (0,0410943)
PIB_t	-0,0000971 (0,0016098)	0,0003993 (0,0014043)
REAL_t	0,0825775* (0,0212858)	0,1625198* (0,018279)
GOVI_t	0,0373679 (0,0356187)	-0,0140925 (0,0115902)
LEGI_t	0,0822735*** (0,0434773)	-0,0439384** (0,0182003)
GOVI_t *LEGI_t	-0,0206197*** (0,0114868)	0,0093378 (0,057332)
R²	0,2278	0,3754

<i>R² adjusted</i>	0,2299	0,3020
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	2,30(5)	0,37(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado

Legislativos mais a esquerda em estados mais ricos influenciaram por uma maior proporção de gastos com Educação nas Receitas Correntes. Em estados mais pobres encontramos o inverso. Deve-se observar também que dada a significância obtida na interação GOVI e LEGI, a influência da variável isolada em LEGI foi reduzida em (0,0822735 – 0,0206197). A influência ideológica do Legislativo em estados mais ricos esteve na contra-mão do país embora o efeito da esquerda seja mais forte do que o efeito da direita.

A mesma influência ideológica do Legislativo encontrada nos gastos anteriores se repete na participação dos gastos com Habitação sobre as Receitas Correntes (HAB). É o que se pode observar na tabela 12 a seguir:

Tabela 12: Influência da ideologia sobre os gastos com habitação dos estados brasileiros

	[4] HAB _t (Random Effects)	[4'] HAB _t (Fixed Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,0181295* (0,0060361)	0,0291139* (0,0076766)
<i>PIB_t</i>	4,30e-06 (0,0002535)	0,0000106 (0,0002491)
<i>REAL_t</i>	0,0240379* (0,003174)	0,0233095* (0,0031261)
<i>GOVI_t</i>	0,0009056 (0,0011006)	-0,0025441 (0,0022642)
<i>LEGI_t</i>	-0,0075429* (0,0015196)	-0,0140334* (0,0035335)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>		0,0018442*** (0,0010389)

R^2	0,3151	0,3236
R^2 adjusted	0,2218	0,1962
Number of observations	308	308
Hausman	5,56(4)	20,10(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

O efeito aleatório (equação [4]) e efeito fixo (equação [5]) para apresentação dos resultados foram escolhidos em virtude do Chi-quadrado de Hausman calculado na última linha da tabela.

Embora com dominância de efeitos diferentes, a região rica do país apresentou o mesmo diferencial da região pobre apontados nos gastos EDU. É o que se pode observar na tabela 13 a seguir:³⁰

Tabela 13: Influência sobre os gastos de habitação nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [4A] e demais estados [4B]

	[4A] HAB _t (Random Effects)	[4B] HAB _t (Fixed Effects)
CONSTANT	-0,0274044	0,0355548*
	0,021763	(0,0085179)
PIB_t	-0,0000779	1,02e-06
	(0,0002588)	(0,0003149)
REAL_t	0,0203058*	0,0270197*
	(0,0034225)	(0,00412)
GOVI_t	0,0072098	-0,0043065
	(0,0057322)	(0,0027148)
LEGI_t	0,0139741**	-0,0206963*
	(0,0069955)	(0,0043076)
GOVI_t *LEGI_t	-0,0038182**	0,0035783*
	(0,0018481)	(0,0013562)
R²	0,4026	0,3675

30 Novamente na equação [4A], a interação das ideologias retirou força no resultado alcançado pela ideologia do LEGI: (0,0139741 – 0,0038182).

<i>R² adjusted</i>	0,3678	0,1902
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	0,81(5)	29,18(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Nos próximos gastos específicos, encontramos uma mudança na tendência observada até então. A influência ideológica do Executivo passou a ser significativa e nos gastos com Previdência de Funcionários Públicos e Habitação, atuaram no mesmo sentido. Passemos a participação do gastos com Previdência dos Funcionários Públicos. Os resultados são encontrados na tabela 14 a seguir:

Tabela 14: Influência da ideologia sobre a previdência dos funcionários públicos dos estados brasileiros

	[5] PREV_t (Random Effects)	[5'] PREV_t (Random Effects)
<i>CONSTANT</i>	-0,0083854 (0,0142481)	-0,0252539 (0,0190553)
<i>PIB_t</i>	-0,0016358* (0,0006184)	-0,0016244* (0,0006221)
<i>REAL_t</i>	0,1453509* (0,0077397)	0,1454165* (0,0077818)
<i>GOVI_t</i>	0,0038018 (0,0026718)	0,0095595*** (0,0053311)
<i>LEGI_t</i>	0,0057227 (0,0036688)	0,0149384*** (0,0081459)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>		-0,0029448 (0,0024043)
<i>R²</i>	0,6541	0,6541
<i>R² adjusted</i>	0,5584	0,5647
<i>Number of observations</i>	308	308
<i>Hausman</i>	5,69(4)	5,97(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem a desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Pelo teste do Chi-quadrado de Hausman contido na última linha da tabela, a recomendação foi de que se apresentasse os resultados com efeitos aleatórios. Não houve conflitos de ideologia entre GOVI e LEGI com relação a influência: quanto mais a esquerda foram os governos classificados, maior foi a participação dos gastos com Previdência de Funcionários Públicos nas Receitas Correntes. É o que se pode observar dos resultados encontrados na equação [5'].^{31 32}

E, por mais paradoxal que possa parecer, esta mesma influência é percebida somente em estados mais pobres como se pode observar na equação [5B] da tabela 15 a seguir:

Tabela 15: Influência sobre os gastos de previdência dos funcionários públicos nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [5A] e demais estados [5B]

	[5A] PREV_t (Random Effects)	[5B] PREV_t (Random Effects)
CONSTANT	-0,025493 (0,1000525)	-0,0189166 (0,0169448)
PIB_t	-0,0022861*** (0,0012918)	-0,0012752** (0,0005946)
REAL_t	0,2275035* (0,0169213)	0,1161015* (0,0077329)
GOVI_t	0,0231287 (0,0266476)	0,0085653*** (0,0048715)
LEGI_t	0,0262771 (0,0328821)	0,0127448*** (0,007636)
GOVI_t *LEGI_t	-0,0107921 (0,0087228)	-0,0029317 (0,0024056)

31 Sem a interação entre GOVI*LEGI (equação [5]), nenhuma variável ideológica foi significativa.

32 A variável PIB voltou a ser significativa.

R^2	0,8190	0,6396
R^2 adjusted	0,7843	0,5477
Number of observations	84	224
Hausman	8,92(5)	4,02(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Em sentido oposto encontramos a influência ideológica do GOVI e do LEGI em termos de participação dos gastos com Transportes nas Receitas Correntes (TRANS). Na presença da interação GOVI*LEGI, com o mesmo sinal, tanto a influência ideológica do Executivo (GOVI) quanto do Legislativo serviram para reduzir TRANS. É o que se pode observar na equação [6'] da tabela 16 a seguir:

Tabela 16: Influência da ideologia sobre os gastos com transporte dos estados brasileiros

	[6] TRANS _t (Random Effects)	[6'] TRANS _t (Fixed Effects)
CONSTANT	0,1165943** (0,0481071)	0,1951003* (0,0641841)
PIB_t	0,0003589 (0,0021358)	0,0002988 (0,0020825)
REAL_t	0,1711952* (0,0267219)	0,1682164* (0,0261375)
GOVI_t	-0,0122646 (0,0091915)	-0,0449988** (0,0189307)
LEGI_t	-0,0233499*** (0,0125661)	-0,0792566* (0,0295438)
GOVI_t *LEGI_t		0,0192282** (0,008686)
R^2	0,1917	0,2063
R^2 adjusted	0,1801	0,2025
Number of	308	308

<i>observations</i>		
<i>Hausman</i>	4,95(4)	197,97(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

A influencia ideológica de governos mais a esquerda no Executivo e no Legislativo levaram a uma participação menor de gastos com Transporte nas Receitas Correntes.³³ Esta tendência foi observada apenas em estados mais pobres e não em estados mais ricos como se pode ver na tabela 17 a seguir:

Tabela 17: Influência sobre os gastos de transporte nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [6A] e demais estados [6B]

	[6A] TRANS _t (Random Effects)	[6B] TRANS _t (Random Effects)
CONSTANT	0,07065 (0,0938886)	0,2549087* (0,0752725)
PIB_t	-0,0015589 (0,0011818)	0,0005818 (0,0028791)
REAL_t	0,0850862* (0,0155309)	0,2228095* (0,0372937)
GOVI_t	-0,013919 (0,0249623)	-0,0715147* (0,0227789)
LEGI_t	-0,0084668 (0,0307081)	-0,1184452* (0,0353877)
GOVI_t *LEGI_t	0,0018264 (0,0081368)	0,0337403* (0,011152)

³³ Observe que a interação volta a enfraquecer o coeficiente das variáveis ideológicas isolados (-0,0449988 - 0,0,0792566+0,0192282).

R^2	0,4501	0,2234
R^2 <i>adjusted</i>	0,4334	0,2174
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	0,69(5)	0,40(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Em resumo, a tabela 18 a seguir mostra os efeitos de cada um dos tipos de gastos apresentados nesta seção decorrentes de variáveis ideológicas tanto por parte do Executivo (GOVI) quanto do Legislativo (LEGI) na amostra como um todo e nos estados mais ricos e mais pobres:

Tabela 18: Resumo da influência da ideologia do Executivo e do Legislativo sobre os diferentes tipos de gastos

Tipo de Gasto	Especificação	GOVI	LEGI	GOVI*LEGI
Defesa (DEF)	[2]	positivo	Negativo	positivo (n s)
	[2']	positivo	negativo (n s)	
	Ricos [2A]	negativo(n s)	negativo(n s)	positivo (n s)
	Pobres [2B]	negativo(n s)	Negativo	positivo
Educação (EDU)	[3]	negativo(n s)	Negativo	positivo (n s)
	[3']	negativo(n s)	negativo(n s)	
	Ricos [3A]	positivo (n s)	positivo	negativo
	Pobres [3B]	negativo (n s)	negativo	positivo (n s)
Habitação (HAB)	[4]	positivo (n s)	negativo	positivo negativo
	[4']	negativo(n s)	negativo	
	Ricos [4A]	positivo (n s)	positivo	

	Pobres [4B]	negativo	negativo	positivo
Previdência de Funcionários Públicos (PREV)	[5]	positivo (n s)	positivo (n s)	
	[5']	positivo	positivo	negativo (n s)
	Ricos [5A]	positivo (n s)	positivo (n s)	negativo (n s)
	Pobres [5B]	positivo	positivo	negativo (n s)
Transportes (TRANS)	[6]	negativo (n s)	negativo	
	[6']	negativo	negativo	positivo
	Ricos [6A]	negativo (n s)	negativo (n s)	positivo (n s)
	Pobres [6B]	negativo	negativo	positivo

Note: n s (no significant)

1.2.C. Influência ideológica do Executivo e Legislativo sobre o Gasto com Salários nos estados brasileiros.

A especificação a ser testada nesta parte do trabalho para a realização dos testes sobre a influência de ideologia do Executivo e Legislativo no comportamento da participação dos Salários sobre as Receitas Correntes foi a seguinte

$$\begin{aligned}
 [2] \quad W_{it} = & \beta_0 + \beta_1 PIB_{it} + \beta_2 REAL_{it} + \beta_3 GOVI_{it} + \beta_4 LEGI_{it} + \\
 & \beta_5 GOVI * LEGI_{it} + \\
 & + \xi_{it}
 \end{aligned}$$

Adotamos o mesmo procedimento técnico descrito na apresentação das tabelas anteriores. Novamente pelo teste de Hausman, determinamos nossa opção pela apresentação dos resultados com efeitos aleatórios. É o que podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 19: A influência da ideologia sobre os gastos com salários dos estados brasileiros

	[8] W_t (Random Effects)	[8] W_t (Random Effects)
CONSTANT	0,360963*	0,3365109*

	(0,0297616)	(0,0397623)
PIB_t	0,0012378	0,00126
	(0,0012366)	(0,0012374)
REAL_t	0,1314877*	0,1314832*
	(0,015485)	(0,015492)
GOVI_t	0,0158589*	0,0245214**
	(0,005376)	(0,01078)
LEGI_t	-0,0161093**	-0,0023761
	(0,0074347)	(0,0165715)
GOVI_t *LEGI_t		-0,0045328
		(0,0048859)
R²	0,2753	0,2762
R² adjusted	0,1819	0,1882
Number of observations	308	308
Hausman	0,65 (4)	3,52(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Comparando-se as equações [8] e [8'], percebe-se que não houve mudança do sinal mas na significância das variáveis políticas quando introduzimos a interação GOVI*LEGI. Das variáveis econômicas, PIB, não foi significativa em nenhuma das equações, como aconteceu nos resultados anteriores. A variável REAL, como nos casos anteriores, foi significativa e apresentou o mesmo sinal de influencia anterior. Este resultado nos mostrou que na participação dos Salários nas Receitas Correntes dos governos estaduais predominou o efeito Bacha-Guardia.

A variável representativa da ideologia do Executivo (GOVI) foi significativa nas equações [8] e [8'] e teve seu coeficiente aumentado com a introdução da interação GOVI*LEGI. Seu resultado indica que Executivos mais posicionados ideologicamente a esquerda expandiram mais a participação dos Salários nas Receitas Correntes do que aqueles posicionados a direita. A variável representativa da ideologia do Legislativo (LEGI) foi significante na

equação [8] mas não o foi na equação [8']. Este foi o mesmo resultado encontrado em Perotti e Kontopoulos (1998) embora, seus dados fossem para o governo como um todo (central e estados).

Da mesma forma que nos outros gastos, abrimos duas equações para verificarmos o comportamento dos estados mais ricos em relação aos estados mais pobres e qual dos resultados obtidos está em consonância com o resultado geral. Os resultados de ambos estão na tabela 20 a seguir:

Tabela 20: A influência da ideologia sobre os gastos com salários dos estados: estados do sul e sudeste [8A] e demais estados [8B]

	[8A] W_t (Random Effects)	[8B] W_t (Random Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,49099*	0,3529051*
	(0,1591534)	(0,0437974)
<i>PIB_t</i>	0,0003916	0,0014427
	(0,0020803)	(0,0014657)
<i>REAL_t</i>	0,1618977*	0,10979985*

	(0,0272073)	(0,0190894)
<i>GOVI_t</i>	-0,0568258	0,0342952*
	(0,0424145)	(0,0121562)
<i>LEGI_t</i>	-0,039728	-0,0073233
	(0,0524082)	(0,019112)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>	0,014971	-0,0071925
	(0,0139095)	(0,0060201)
<i>R²</i>	0,4779	0,2677
<i>R² adjusted</i>	0,4340	0,1735
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	6,81(5)	6,68(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Pelos testes de Hausman apresentados na última linha da tabela, nossa opção foi apresentar os testes com efeitos aleatórios. Em relação as variáveis econômicas, tanto nos estados ricos [8A] como nos estados pobres [8B], as variáveis econômicas apresentaram os resultados anteriores. A influência de variáveis políticas (ideologia do Executivo e do Legislativo) foi significativa apenas na variável GOVI e nos estados mais pobres. Esta influência foi a mesma que se encontrou em termos nacionais.

Vejamos como foi a influência ideológica sobre outros poderes no nível estadual.

1.2.D. Influência ideológica do Executivo e Legislativo sobre o Gasto Total no próprio Legislativo e no Judiciário dos estados brasileiros.

Dado que no Brasil existe um Legislativo estadual – toda a classificação ideológica que se fez foi baseada em informações de cada Legislativo

estadual – e um Judiciário estadual e mais, ambos são bancados pelos Tesouros estaduais, resolvemos verificar também contra estes poderes qual seria a influência ideológica do Executivo e do próprio Legislativo na determinação destes gastos.³⁴ As especificações utilizadas para a realização dos testes nesta seção são as seguintes

$$[3] \text{ TOTALEG}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{ PIB}_{it} + \beta_2 \text{ REAL}_{it} + \beta_3 \text{ GOVI}_{it} + \beta_4 \text{ LEGI}_{it} + \beta_5 \text{ GOVI} * \text{LEGI}_{it} + \xi_{it}$$

$$[4] \text{ TOTAJUD}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{ PIB}_{it} + \beta_2 \text{ REAL}_{it} + \beta_3 \text{ GOVI}_{it} + \beta_4 \text{ LEGI}_{it} + \beta_5 \text{ GOVI} * \text{LEGI}_{it} + \xi_{it}$$

Usamos o mesmo procedimento técnico anterior. Vejamos os resultados desta influência na tabela 21 a seguir:

Tabela 21: A influencia ideológica sobre gastos do próprio Legislativo e do Judiciário dos estados

	[9] TOTALEG _t	[9'] TOTALEG _t	[10] TOTAJUD _t	[10'] TOTAJUD _t
--	-----------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------

³⁴ No caso do Legislativo é mais fácil entender a sua existência e do porquê o mesmo representa uma despesa para os Tesouros estaduais. No caso do Judiciário isto não é tão simples porque a despesa do Judiciário é bancada em parte pelo Tesouro estadual e em parte pelo tesouro Federal. Isto depende da divisão do Judiciário. Existem ações judiciais que são de natureza estadual e outras de natureza federal. Grosso modo, se as ações são de natureza estadual, o fórum montando será estadual e financiado pelo governo dos estados.

	(Random Effects)	(Random Effects)	(Random Effects)	(Random Effects)
CONSTANT	0,0132129	-0,0003859	-0,0075784	-0,0064666
	(0,0189444)	(0,0262611)	(0,0077028)	(0,0108628)
PIB_t	-0,000212	-0,0000108	-0,0008001	-0,0008014**
	(0,0008734)	(0,0008727)	(0,0003795)	(0,00038)
REAL_t	0,1092293*	0,1092209*	0,0844821*	0,0844933*
	(0,0109203)	(0,0109107)	(0,0047382)	(0,0047438)
GOVI_t	0,0044074	0,0091685	-0,0000452	-0,0004466
	(0,0037293)	(0,0074214)	(0,0015908)	(0,0031471)
LEGI_t	-0,007986	-0,0004781	0,0066673*	0,0060388
	(0,0050553)	(0,0113083)	(0,0021162)	(0,0047483)
GOVI_t *LEGI_t		-0,0024484		0,0002092
		(0,0033394)		(0,0014046)
R2	0,3399	0,3412	0,6293	0,6291
R2 adjusted	0,2881	0,2896	0,5576	0,5578
Number of observations	308	308	308	308
Hausman	6,39(4)	6,03(5)	0,51(4)	2,30(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Os testes de Hausman apresentados na última linha da tabela indicam que no Legislativo e no Judiciário os resultados devem ser apresentados com efeitos aleatórios.

Especificamente em relação aos resultados do Legislativo, equações [9] e [9'], somente a variável Real foi significativa. A introdução do Plano Real aumentou a participação dos Gastos do Legislativo sobre as Receitas Correntes. Esta era uma tendência já observada em outros resultados. Nenhuma variável que corresponda a ideologia teve influência significativa sobre estes gastos.

O mesmo não se pode dizer em relação ao Judiciário. Quando introduzimos a interação entre GOVI*LEGI, tanto a variável REAL como a variável PIB, passaram a ser significativas. O sinal do PIB, negativo, novamente como nos Gastos Totais, demonstrou que os gastos com o Judiciário nas Receitas Correntes foram reduzidos (aumentados) se a economia cresceu (encolheu). A variável REAL apresentou a mesma influência descrita anteriormente.

De outro lado, a variável LEGI foi significativa na ausência da interação GOVI*LEGI – equação [10]. Como ele não se manteve na interação, resolvemos investigar um pouco mais dividindo estados ricos e pobres como fizemos anteriormente:

Tabela 22: A influência ideológica sobre os gastos do Judiciário nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [10A] e demais estados [10B]

	[10A] TOTAJUD _t (Random Effects)	[10B] TOTAJUD _t (Fixed Effects)
<i>CONSTANT</i>	-0,2422424* (0,0786827)	-0,0017278 (0,0077646)
<i>PIB_t</i>	-0,0010131 (0,0010465)	-0,0007459* (0,0002871)
<i>REAL_t</i>	0,13399631* (0,0136562)	0,0745581* (0,0037556)
<i>GOVI_t</i>	0,0610411* (0,0209834)	-0,0019444 (0,0024748)
<i>LEGI_t</i>	0,092049* (0,0259728)	0,0020253 (0,0039267)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>	-0,0225124* (0,0068978)	0,0014737 (0,0012363)
<i>R²</i>	0,6442	0,7438
<i>R² adjusted</i>	0,6383	0,6220
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	2,57(5)	13,42(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Nos estados mais ricos percebemos a influência ideológica significativa do Executivo e do Legislativo sobre a participação dos gastos do Judiciário nas Receitas Correntes (TOTALJUD). Tanto no Executivo quanto no Legislativo, quanto mais a esquerda foi a classificação existente, maior foi a proporção dos gastos do Judiciário sobre as Receitas Correntes. Classificações a direita, tanto no Executivo como no Legislativo, apenas reduziram esta tendência.

Falta-nos apenas verificar se existiu influência ideológica sobre a participação dos Investimentos na Receita Correntes dos estados brasileiros.

1.2.E. Influência ideológica do Executivo e Legislativo sobre o Investimento dos governos estaduais.

Resolvemos verificar se existiu a influência ideológica do Executivo e do Legislativo também sobre os Investimentos dos governos estaduais (Investimentos sobre Receitas Correntes). A especificação utilizada nesta seção para realizarmos os testes foi a seguinte

$$[5] I_{it} = \beta_0 + \beta_1 PIB_{it} + \beta_2 REAL_{it} + \beta_3 GOVI_{it} + \beta_4 LEGI_{it} + \beta_5 GOVI * LEGI_{it} + \xi_{it}$$

Usamos a mesma técnica das seções anteriores e, desta vez, como se pode ver na tabela a seguir, o teste de Hausman apontou como recomendação a apresentação dos resultados com efeitos aleatórios:

Tabela 23: A influência da ideologia sobre o investimento dos estados brasileiros

	[11] I_t (Random Effects)	[11'] I_t (Random Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,0164299 (0,0196378)	0,0870858* (0,0259121)
<i>PIB_t</i>	-0,00123 (0,0009727)	-0,0012864 (0,0009785)
<i>REAL_t</i>	0,1385582* (0,012143)	0,1384141* (0,0121846)
<i>GOVI_t</i>	0,0005852 (0,0040701)	-0,0229295* (0,0077149)
<i>LEGI_t</i>	0,0004762 (0,005405)	-0,037417* (0,0114233)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>		0,0117772* (0,0033902)
<i>R2</i>	0,4057	0,4127
<i>R2 adjusted</i>	0,3719	0,4042
<i>Number of observations</i>	308	308
<i>Hausman</i>	4,67(4)	9,05(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Pelo que se pode observar do resultado em [11], a ausência da interação entre a ideologias do Executivo e Legislativo determinou a não significância das variáveis políticas que representavam o componente ideológico. Por outro lado, com a interação, na equação [11'], todas as variáveis políticas ficaram significativas.

Passemos aos resultados individuais. A variável econômica Real apresentou o mesmo sinal do que se havia observado anteriormente: positivo. Entendemos assim que a entrada do Plano Real provocou um aumento dos Investimentos

estaduais sobre as Receita Correntes. Provavelmente em virtude do efeito Bacha-Guardia.

A influencia das variáveis políticas (ideologia do Executivo e Legislativo estadual) sobre a participação dos Investimentos nas Receitas Correntes foi negativa. Tanto a variável GOVI quanto a variável LEGI influenciaram negativamente a participação dos Investimentos nas Receitas Correntes dos estados. Deste resultado, entende-se que se houvesse domínio de ideologia mais a esquerda (direita) nos governos estaduais (Executivo e Legislativo), menor (maior) seria a parcela a ser reduzida dos Investimentos nas Receitas Correntes dos estados.

Dividimos a amostra em estados mais ricos e mais pobres para verificar se a mesma influência se mantém. Estes resultados estão na tabela 24 a seguir:

Tabela 24: A influência ideológica sobre os gastos de investimento nos estados brasileiros: estados do sul e sudeste [11A] e demais estados [11B]

	[11A] I_t (Random Effects)	[11B] I_t (Random Effects)
CONSTANT	-0,0257027 (0,158021)	0,484484 (0,0257048)
PIB	-0,0006203 (0,002027)	-0,0014807 (0,001099)
REAL	0,1502651* (0,0265743)	0,1361828* (0,014378)
GOVI	-0,0014786 (0,0420708)	-0,0120531 (0,0094744)
LEGI	0,0086473 (0,051875)	-0,0206412 (0,007699)
GOVI*LEGI	0,0017488 (0,0137573)	0,007699 (0,0047329)
R2	0,4368	0,4117
R2 adjusted	0,3978	0,3952
Number of observations	84	224
Hausman	4,44(5)	12,58(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

O Chi-quadrado de Hausman, encontrado na última linha da tabela, evidencia que o resultado para os estados mais ricos deveria ser apresentado com efeitos aleatórios e o resultado dos demais estados com efeitos fixos. Tanto para estados ricos como para estados pobres, nenhuma variável política representante da ideologia foi significativa.

2. CONCLUSÕES.

De uma forma geral, o quadro a ser desenhado da influência ideológica do Executivo e Legislativo no comportamento dos gastos dos estados brasileiros é o seguinte:

1. A participação dos Gastos Totais sobre as Receitas Correntes (TOTALEXP) não sofreu influência da ideologia do Executivo e do Legislativo na amostra de estados como um todo ou na divisão da amostra em estados ricos e estados pobres quando considerando a interação entre a ideologia do Executivo e do Legislativo nos resultados (a interação enfraquece ou fortalece os resultados individuais – este procedimento é o mesmo utilizado por Roubini e Sachs (1989) e Volkerink e de Haan (2001));
2. Somente variáveis econômicas explicaram o comportamento da TOTALEXP: o PIB com uma relação negativa, o que inicialmente parece paradoxal mas talvez justificável frente a elevada participação das Transferências Federais na Receita Corrente dos estados; o REAL (representativa do Plano de Estabilização da inflação implantado a partir de 1994), com relação positiva, cujo o sinal pode ser justificado através do efeito Bacha-Guardia (com a inflação, era irrelevante a que nível estavam fixados os orçamentos em termos nominais – com o fim da inflação, este orçamento tornou-se real e demorou para ser adaptado a nova realidade);
3. A influência ideológica do Executivo e do Legislativo aconteceu de forma mais decisiva na participação de Gastos Específicos sobre a Receita Corrente:
 - Em relação aos gastos com Segurança (DEF), Educação (EDU) e Habitação (HAB) praticamente só a ideologia do Legislativo afetou negativamente deles nas Receitas Correntes: Legislativos a esquerda com mais força do que com Legislativos à direita. Este mesmo resultado foi

obtido em estados mais pobres embora alguns resultados alternem entre efeitos aleatórios e fixos.

- Em relação aos gastos com Previdência dos Funcionários Públicos (PREV) e Habitação (HAB) a ideologia do Legislativo e do Executivo afetaram estes gastos: a ideologia do Legislativo e do Executivo afetou positivamente PREV e a ideologia do Legislativo e do Executivo afetou negativamente HAB. Os Legislativos e Executivos à esquerda tiveram mais força do que os Legislativos e Executivos à direita. Este mesmo resultado foi obtido em estados mais pobres embora alguns resultados alternem entre efeitos aleatórios e fixos.
4. A influência ideológica do Executivo sobre a participação dos Salários nas Receitas Correntes foi positiva: uma classificação ideológica mais à esquerda determina um impacto maior do que a direita. Quando significativo, o efeito da ideologia do Legislativo apresentou um efeito contrário a este. Esta mesma tendência, quando significativa, foi a mesma encontrada em estados ricos e pobres.
 5. A proporção do investimento sobre as Receitas Correntes sofreu tanto do Executivo quanto do Legislativo a mesma influência ideológica: negativa. Este efeito foi agravado quanto mais à esquerda era a classificação.

APÊNDICE 01

Para classificar a ideologia da coalizão vencedora no governo (Executivo), utilizamos os seguintes procedimentos:

1. Buscamos em Nicolau (1998) às coalizões vencedoras nas eleições dos governos estaduais em 1986, 1990 e 1994;
2. Classificamos cada partido existente na coalizão segundo Coppedge (1997);
3. Coppedge (1997) classificou ideologicamente os partidos em termos nacionais entre os anos de 1945-1994.
4. Para passarmos da ideologia dos partidos que constituíram a coalizão vencedora a governador para a ideologia da coalizão adotamos a seguinte metodologia:
 - a) Verificamos se existia uma dominância ideológica (maioria simples) entre os partidos existentes na coalizão. Havendo, consideramo-la como a ideologia da coalizão. Por exemplo, se entre cinco partidos existentes na coalizão vencedora, três fossem de centro-esquerda, a coalizão vencedora seria classificada como de centro-esquerda. Caso não haja a dominância ideológica como descrito em a., consideramos como ideologia da coalizão vencedora a ideologia do partido do governador eleito;
 - b) Para transformar a ideologia da coalizão vencedora em uma *dummy* usamos a mesma metodologia de Perotti&Kontopoulos (1998). O quadro a seguir apresenta os valores possíveis para a *dummy*:

Classificação ideológica da coalizão do governador	Valores
Direita	1
Centro-direita	2
Centro	3
Centro-esquerda	4
Esquerda	5

O resultado final desta classificação por estado pode ser visto na tabela A.1 a seguir:

Tabela A.1.1: Classificação Ideológica da coalizão vencedora aos governos estaduais nos vinte e sete estados brasileiros

Ano	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1987	3	3	3		5	5		3	3	5	3	3	5	5	5	5	5	3	5	5	3		3	3	1	3	
1988	3	3	3		5	5		3	3	5	3	3	5	5	5	5	5	3	5	5	3		3	3	1	3	
1989	3	3	3		5	5		3	3	5	3	3	5	5	5	5	5	3	5	5	3		3	3	1	3	
1990	3	3	3		5	5		3	3	5	3	3	5	5	5	5	5	3	5	5	3		3	3	1	3	
1991	1	4	3	1	3	4	2	4	3	1	3	1	1	2	3	1	1	3	5	1	2	2	4	1	1	1	4
1992	1	4	3	1	3	4	2	4	3	1	3	1	1	2	3	1	1	3	5	1	2	2	4	1	1	1	4
1993	1	4	3	1	3	4	2	4	3	1	3	1	1	2	3	1	1	3	5	1	2	2	4	1	1	1	4
1994	1	4	3	1	3	4	2	4	3	1	3	1	1	2	3	1	1	3	5	1	2	2	4	1	1	1	4
1995	1	1	1	5	1	4	5	5	3	1	4	3	5	5	1	5	3	2	4	3	3	2	3	2	1	4	1
1996	1	1	1	5	1	4	5	5	3	1	4	3	5	5	1	5	3	2	4	3	3	2	3	2	1	4	1
1997	1	1	1	5	1	4	5	5	3	1	4	3	5	5	1	5	3	2	4	3	3	2	3	2	1	4	1
1998	1	1	1	5	1	4	5	5	3	1	4	3	5	5	1	5	3	2	4	3	3	2	3	2	1	4	1

Nota: Os estados do Distrito Federal, Roraima e Tocantins tiveram sua primeira eleição para governador em 1990.

APÊNDICE 02

Para classificar a ideologia da coalizão predominante na Assembléia (Legislativo), utilizamos os seguintes procedimentos:

1. Buscamos em Nicolau (1998), o percentual de cadeiras que cada partido político conseguiu nas eleições de 1986, 1990 e 1994 para as Assembléias Estaduais;
2. Classificamos os partidos existentes na Assembléia utilizando Coppedge (1997);
- 3 Coppedge (1997) classificou ideologicamente os partidos em termos nacionais entre os anos de 1945-1994.
- 4 Para passarmos da ideologia dos partidos para a dominância ideológica da Assembléia (Legislativo) adotamos a seguinte metodologia:
 - a) Consideramos a ideologia da Assembléia Legislativa em função do partido que possuía o maior número de cadeiras. Assumimos que o partido de maior percentual de cadeiras influenciaria fortemente as decisões ideológicas da Assembléia;
 - b) Caso não houvesse uma dominância de cadeiras por algum dos partidos, utilizamos o seguinte procedimento: verificamos se entre eles havia uma ideologia predominante. Havendo, ela foi considerada. Não havendo, não classificamos ideologicamente a Assembléia. Colocamos uma *dummy* com valor zero. Estes foram os casos do Distrito Federal em 1994 (dois partidos com 29,2% das cadeiras), Roraima em 1990(dois partidos com

16,7% das cadeiras), Rio Grande do Sul em 1990 (dois partidos com 23,6% das cadeiras) e Tocantins em 1994 (dois partidos com 37,5% das cadeiras).

- c) Colocamos uma *dummy* com valor zero para o estado de Rondônia entre 1991 e 1998 porque a classificação ideológica do partido com maior número de cadeiras (PMN), segundo Coppedge (1997) era Populista;
- d) A metodologia usada para transformar a classificação ideológica do partido com mais cadeiras numa *dummy* que representasse a ideologia do Legislativo foi a mesma encontrada em Perotti&Kontopoulos (1998), acrescentado-se a *dummy* zero para os casos mencionados anteriormente:

Classificação ideológica da Assembléia Legislativa	Valores
Sem ideologia dominante ou Populismo	0
Direita	1
Centro-direita	2
Centro	3
Centro-esquerda	4
Esquerda	5

O resultado desta classificação pode ser visto na tabela A.2 a seguir:

Tabela A.2.1: Classificação Ideológica da Assembléia Legislativa nos vinte e sete estados brasileiros

Ano	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1987	3	3	3		3	3		3	3	1	3	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3		3	3	1	3	
1988	3	3	3		3	3		3	3	1	3	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3		3	3	1	3	
1989	3	3	3		3	3		3	3	1	3	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3		3	3	1	3	
1990	3	3	3		3	3		3	3	1	3	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3		3	3	1	3	
1991	3	2	3	1	1	4	5	1	3	1	3	2	1	3	1	1	1	3	4	3	0	0	0	3	1	3	3
1992	3	2	2	1	1	4	5	1	3	1	3	2	1	3	1	1	1	3	4	3	0	0	0	3	1	3	3
1993	3	2	2	1	1	4	5	1	3	1	3	2	1	3	1	1	1	3	4	3	0	0	0	3	1	3	3
1994	3	2	2	1	1	4	5	1	3	1	3	2	1	3	1	1	1	3	4	3	0	0	0	3	1	3	3
1995	1	3	1	1	1	4	0	4	3	1	3	3	1	3	3	1	1	3	4	1	0	2	1	1	1	3	0
1996	1	3	1	1	1	4	0	4	3	1	3	3	1	3	3	1	1	3	4	1	0	2	1	1	1	3	0
1997	1	3	1	1	1	4	0	4	3	1	3	3	1	3	3	1	1	3	4	1	0	2	1	1	1	3	0
1998	1	3	1	1	1	4	0	4	3	1	3	3	1	3	3	1	1	3	4	1	0	2	1	1	1	3	0

Nota: Os estados do Distrito Federal, Roraima e Tocantins tiveram sua primeira eleição para governador em 1990.

APÊNDICE 03



Nota: O Brasil é composto de 27 estados. Os estados mais ricos do país estão situados nas regiões Sul e Sudeste. Na região Sul estão os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na região Sudeste estão os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Na região Centro-Oeste estão os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal (onde está a capital da República). Na região Nortes estão os estados de Tocantins, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. Na região Nordeste estão os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Cera, Piauí e Maranhão.

Tabela A.3.1: Participação percentual do PIB de cada região no PIB do Brasil

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Centro-Oeste	5,98	6,08	6,25	6,84	6,45	6,95
Norte	4,64	4,64	4,42	4,48	4,45	4,60
Nordeste	12,78	13,17	13,09	13,05	13,11	13,09
Sul	17,89	18,03	17,68	17,48	17,75	17,57
Sudeste	58,72	58,07	58,57	58,16	58,25	57,79

Fonte: IPEADATA

APÊNDICE 04

Os gastos com Agricultura e Saúde, apesar de não serem influenciados pela ideologia do GOVI e do LEGI na amostra como um todo como pode ser visto nas tabelas A.4.1 e A.4.2 a seguir:

TABELA A.4.1: INFLUÊNCIA SOBRE OS GASTOS EM AGRICULTURA DOS ESTADOS BRASILEIROS

	AGR_t (Random Effects)	AGR_t (Fixed Effects)
CONSTANT	0,0517897*	0,0493641*
	(0,0122861)	(0,0167531)
PIB_t	0,0001126	0,0001157
	(0,0005438)	(0,0005455)
REAL_t	0,0319268*	0,031904*
	(0,0068041)	(0,0068236)
GOVI_t	-0,0035118	-0,0025947
	(0,0023416)	(0,0046794)
LEGI_t	-0,0014414	-0,0000119
	(0,0032033)	(0,007153)
GOVI_t *LEGI_t		-0,0004967
		(0,0167531)
R²	0,0991	0,0995
R² adjusted	0,1157	0,1154
Number of observations	308	308
Hausman	10,15(4)	12,33(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

TABELA A.4.2: INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO SOBRE OS GASTOS DE SAÚDE NOS ESTADOS BRASILEIROS

	H_t (Random Effects)	H_t (Random Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,0101348	0,0195432
	(0,011375)	(0,0150167)
<i>PIB_t</i>	-0,0015231*	-0,001533*
	(0,0005362)	(0,0005371)
<i>REAL_t</i>	0,0978294*	0,0980733*
	(0,0067318)	(0,0067008)
<i>GOVI_t</i>	0,001017	-0,0009696
	(0,0023944)	(0,0043897)
<i>LEGI_t</i>	0,0028707	-0,000715
	(0,0034225)	(0,0019511)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>		0,0007127
		(0,0019511)
<i>R²</i>	0,5502	0,5501
<i>R² adjusted</i>	0,5097	0,5118
<i>Number of observations</i>	308	308
<i>Hausman</i>	31,62(4)	9,41(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

Apresentaram significância no mesmo sentido (negativo para Agricultura (AGR) e positivo para Saúde (H), somente em estados ricos, como pode ser visto nas tabelas A.4.3 e A.4.4 a seguir):

TABELA A.4.3: INFLUÊNCIA SOBRE OS GASTOS EM AGRICULTURA NOS ESTADOS BRASILEIROS: ESTADOS DO SUL E SUDESTE [1] E DEMAIS ESTADOS [2]

	[1] AGR _t (Random Effects)	[2] AGR _t (Random Effects)
<i>CONSTANT</i>	0,0750255*	0,0500429*
	(0,014798)	(0,0200704)
<i>PIB_t</i>	-0,0003174**	0,0001875
	(0,0019759)	(0,0007249)
<i>REAL_t</i>	0,0007399	0,0455266*
	(0,0019759)	(0,0058821)
<i>GOVI_t</i>	-0,0106896*	-0,0050194
	(0,0033964)	(0,091975)
<i>LEGI_t</i>	-0,0105895**	-0,0028275
	(0,0010851)	(0,0028978)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>	0,0022543**	0,0015171
	(0,0010851)	(0,0028978)
<i>R²</i>	0,03088	0,1325
<i>R² adjusted</i>	0,3860	0,1161
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	0,51(5)	6,43(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

TABELA A.4.4: INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO SOBRE OS GASTOS DE SAÚDE DOS ESTADOS BRASILEIROS: ESTADOS DO SUL E SUDESTE [1] E DEMAIS ESTADOS [2]

	[1] H_t (Random Effects)	[2] H_t (Fixed Effects)
<i>CONSTANT</i>	-0,1336903** (0,0704428)	0,027784 (0,0174007)
<i>PIB_t</i>	-0,0014489 (0,0009517)	-0,0016185** (0,0084165)
<i>REAL_t</i>	0,0920947* (0,0123937)	0,1068166* (0,0084165)
<i>GOVI_t</i>	0,0368322** (0,0187947)	-0,0068304 (0,005546)
<i>LEGI_t</i>	0,0491806** (0,023297)	-0,0101247 (0,0087998)
<i>GOVI_t *LEGI_t</i>	-0,0117927*** (0,0704428)	0,0049756*** (0,0027705)
R^2	0,5677	0,5635
R^2 adjusted	0,5708	0,5105
<i>Number of observations</i>	84	224
<i>Hausman</i>	1,70(5)	20,56(5)

Note: Os números entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. * 99% de significância; **95% de significância e ***90% de significância. O valor entre parênteses no teste de Hausman indica os graus de liberdade utilizados na tabela de Chi-quadrado.

BIBLIOGRAFIA

- ALESINA, A. (1995). Budget deficits and budget institutions. NBER working paper 5556.
- ALESINA, A e CUKIERMAN, A. (1990). The politics of ambiguity. Quarterly Journal of Economics. November.
- ALESINA, A., HAUSMANN, R., HOMMES R. e STEIN, E. (1996). Budget institutions and fiscal performance in Latin American. NBER working paper 5586.
- ALF, J. e LOWRY, R. (1994). Divided government and budget deficits: evidence for the states. American Political Science Review.
- AMORIM NETO, O. e BORSANI, H. (2002) Os determinantes políticos do comportamento fiscal na América Latina. Contrato 2001/004396. PNUD
- BACHA, E. (1994). O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. Revista de Economia Política, jan/mar.
- BARRO, R. (1979) On the determination of the public debt. Journal of Political Economy, 87:940-947.
- BUCHANAN, J. e WAGNER, R. (1977) Democracy and deficit. Academic Press.
- COPPEDGE, M. (1997) A classification of Latin American Political Parties. Kellogg Institute Working Paper 244. University of Notre Dame.
- FRANZESE, R.J. (1998) Are budget déficits used strategically? Mimeo. University of Michigan. (<http://www.personal.umich.Edu/~franzese/DebtPaper.Short.pdf>).

- GREENE, W. H. (1997) *Econometric Analysis* – 3rd Edition. Prentice-Hall. Upper Saddle River, N.J.
- KAU, J.B. and RUBIN, P.H. (2002). The growth of government: sources and limits. *Public Choice* 113
- MAINWARING, Scott (2001). *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Editora Mercado aberto.
- MILANOVIC, B.(1999). Do more unequal countries redistribute more? Does the median voter hypothesis hold? World Bank working paper.
- NICOLAU, J. (org.) (1998) *Dados eleitorais no Brasil (1982 – 1996)*. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj/Ucam
- PEROTTI, R. e KONTOPOULOS, K. (1998). *Fragmented fiscal policy*. Mimeo.Columbia University. (www.columbia.edu/~rp41/webfragm.pdf).
- POTERBA, J. (1994) State responses to fiscal crises: natural experiments. *Journal of Political Economy*
- ROUBINI, N. e SACHS, J. (1989). Political and economic determinants of the budget deficits in Industrial Democracies. *European Economic Review*, 33, 903:938.
- SANTOS, W.G.(2002) *Votos e partidos. Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. FGV Editora e FAPERJ.
- STEIN, E., TALVI, E. e GRISANTI, A. (1998). Institutional arrangements and fiscal performance: the latin american experience. NBER working paper 6358.

-
- VELASCO, A. (1994) A model of endogenous fiscal deficit and delayed fiscal reforms. Unpublished.
- VOLKERINK, B. e de HAAN, J. (2001) Fragmented government effects on fiscal policy: new evidence. *Public Choice*. Volume 109, nos 3-4.
- von HAGEN, J. e HARDEN, I. (1995) Budget processes and commitment to fiscal discipline. *European Economic Review*, 39, 771-779.
- WOLDENDORP, J., KEMAN, H. and BUDGE, I. (1993) Special issue: Political data: 1945-1990: Party Government in 20 democracies. *European Journal of Political Research* 24
- WOLDENDORP, J., KEMAN, H. and BUDGE, I. (1998) Party Government in 20 democracies: an update (1990-1995). *European Journal of Political Research* 33: 125-164.